

Sumário

Capítulo 1 ▶ DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	21
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	21
2. A democracia como condição basilar para a existência do Direito Eleitoral	22
2.1. Espécies de democracia.....	24
2.2. Institutos da democracia participativa	25
2.2.1. O plebiscito para a divisão do Pará	27
3. A garantia da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular como objetivo do Direito Eleitoral.....	29
4. O deferimento de mandatos políticos como pressuposto da representação política	32
5. O Direito Eleitoral como microsistema jurídico e as suas relações com outros ramos do Direito	35
6. As fontes do Direito Eleitoral	38
6.1. Constituição Federal de 1988	38
6.2. Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15/07/1965)	39
6.3. Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97)	39
6.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº. 64/90)	40
6.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	41
6.6. Consultas a TSE e TRES.....	42
7. Princípios do Direito Eleitoral	42
7.1. A distinção entre princípios e regras	42
7.2. Princípio da lisura das eleições.....	43
7.3. Princípio do aproveitamento do voto	44
7.4. Princípio da celeridade.....	45
7.5. Princípio da anualidade	46
7.5.1. O princípio da anualidade eleitoral e a Emenda Constitucional nº 107.....	48
7.6. Princípio da moralidade eleitoral.....	49
Capítulo 2 ▶ OS SISTEMAS ELEITORAIS	53
1. Introdução	53
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies.....	53
2.1. O sistema eleitoral majoritário	54
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições	56
2.2. O Sistema eleitoral proporcional	57

2.3. A questão do voto distrital	71
2.4. O sistema eleitoral misto	71
3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no brasil: a fragmentação partidária como raiz	73
4. Considerações finais	78
Capítulo 3 ▶ OS PARTIDOS POLÍTICOS	81
1. Introdução	81
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	82
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95	84
3.1. Disposições preliminares	84
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos.....	87
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	90
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	92
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	94
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários	95
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	95
3.8. Da filiação partidária.....	105
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos.....	109
3.10. Do fundo partidário.....	114
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	119
4. As coligações partidárias	119
5. AS fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos	123
Capítulo 4 ▶ JUSTIÇA ELEITORAL	125
1. Notas introdutórias.....	125
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	125
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral	126
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral.....	127
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral.....	129
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral.....	130
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral.....	131
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	132
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	135
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	139
3.4. As juntas eleitorais.....	141
Capítulo 5 ▶ MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	143
1. Notas introdutórias.....	143

2. Princípios institucionais do Ministério Público Eleitoral	144
2.1. Princípio da federalização	144
2.2. Princípio da delegação	145
2.3. Princípio da excepcionalidade	145
3. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral	146
4. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	149
Capítulo 6 ▶ ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA.....	151
1. A capacidade política: conceito e noções preliminares	151
2. A aquisição da nacionalidade brasileira	152
3. O alistamento eleitoral	155
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via	157
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral	157
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações	158
4. O domicílio eleitoral	160
4.1. Transferência do domicílio eleitoral	161
5. Do título eleitoral	162
6. Exclusão e cancelamento da inscrição eleitoral	162
6.1. A correição e a revisão do eleitorado	164
7. Perda e suspensão dos direitos políticos.	165
7.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/15)	167
7.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	171
7.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa	173
Capítulo 7 ▶ CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS	175
1. Notas introdutórias	175
2. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos	176
2.1. As espécies de convenções partidárias	177
2.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº. 12.034/09	177
2.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	178
2.4. A questão da candidatura nata	180
3. Do registro de candidatos	181
3.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária	181
3.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	182
3.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura ...	183

3.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral	186
3.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da República	187
3.6. O requerimento individual de candidatura	188
3.7. O momento correto para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	188
3.8. O registro <i>sub judice</i> de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	189
3.9. A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	192
3.10. Identificação numérica e variação nominal dos candidatos.....	193
3.11. A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas.....	195
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	198
Capítulo 8 ► CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	199
1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidades	199
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	203
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	205
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	206
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	206
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos	208
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	209
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88	211
5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº. 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	214
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	214
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	220
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados	220
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	222
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.....	223
5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e” da LC 64/90).....	224
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato.....	226

5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº. 01 do TSE	226
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90.....	228
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	229
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	231
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	232
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	232
7. Bloco de constitucionalidade e a questão da inconveniência de dispositivos da Lei da Ficha Limpa.....	234

Capítulo 9 ► ARRECAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS 241

1. Notas introdutórias.....	241
2. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	243
3. As doações realizadas por pessoas físicas para campanhas eleitorais.....	247
4. O fim das doações financeiras de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais e os novos tetos de gastos de campanhas	249
5. Receitas vedadas a candidatos e partidos políticos em campanha eleitoral.....	253
6. O fundo especial de financiamento de campanhas (FEFC).....	254
7. Da prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	257
7.1. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.....	263
7.2. A representação do artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97.....	265
7.3. As sobras de campanhas eleitorais.....	266

Capítulo 10 ► PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA..... 267

1. Notas introdutórias.....	267
2. As pesquisas eleitorais.....	267
3. A propaganda política	271
3.1. Princípios da propaganda política.....	272
3.2. As espécies de propaganda política.....	272
4. Da propaganda eleitoral em geral.....	277
4.1. O importante art. 37 da Lei das Eleições.....	277
4.2. A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador	281
4.3. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	281

4.4. A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais	282
4.5. As vedações à boca-de-urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	284
4.6. A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	286
4.7. O artigo 41 da Lei nº. 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	287
4.8. Propaganda política, pandemia e Emenda Constitucional 107	287
5. Da propaganda eleitoral mediante <i>outdoors</i>	291
6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	291
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	292
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	293
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	294
7.3. O horário eleitoral gratuito	297
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	301
9. Do direito de resposta	305
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	307
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	308
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da lei nº. 9.504/97).....	309
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	309

Capítulo 11 ► ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, GARANTIAS ELEITORAIS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS **315**

1. Notas introdutórias.....	315
2. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	315
2.1. A organização das seções eleitorais.....	315
2.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	317
3. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	319
3.1. O início e o encerramento da votação	320
3.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	320
3.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	321
3.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	322
3.5. A questão do voto em trânsito para presidente da república.....	322
3.6. A votação por cédulas.....	324
3.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições.....	325
3.8. Nulidades na votação.....	328

4. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	332
5. A fiscalização das eleições.....	333
6. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	334
7. Garantias eleitorais	335
8. A apuração e a proclamação dos resultados.....	336
8.1. A apuração da votação por meio de cédulas.....	338
9. A diplomação e a posse dos eleitos.....	339

Capítulo 12 ► ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS 343

1. Noções introdutórias.....	343
2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	346
2.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições.....	346
2.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições	349
2.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI da Lei das Eleições).....	351
2.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	353
2.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral.....	353
2.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	354
2.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º da Constituição Federal.....	354
2.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	355
2.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas	355
2.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº. 9.504/97.....	356
3. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições).....	356
4. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	360
4.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	360
4.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	361

Capítulo 13 ► AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS 363

1. Notas introdutórias.....	363
2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	363
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	363

2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	365
2.3. Prazo para a interposição da AIRC	365
2.4. Competência para o processamento e julgamento da AIRC	366
2.5. Procedimento da AIRC	366
3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	368
3.1. Legitimidade ativa e passiva para a AIJE	368
3.2. Prazo para a interposição da AIJE	369
3.3. Competência para o processamento e julgamento da AIJE	369
3.4. Procedimento da AIJE	370
3.5. Efeitos da procedência da AIJE	371
4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	372
4.1. Objeto e previsão constitucional da AIME	372
4.2. Competência para o processamento de julgamento da AIME	374
4.3. Legitimidade ativa e passiva para a AIME	374
4.4. Procedimento adotado na AIME.....	374
4.5. A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD.....	375
5. A representação do art. 96 da Lei nº. 9.504/97	375
5.1. Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições.....	376
6. Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	377
7. Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições).....	379
8. Recurso Contra a Diplomação (RCD)	379
8.1. A legitimidade ativa e passiva para o RCD.....	382
8.2. Algumas questões processuais referentes ao RCD.....	383
9. Ação Rescisória Eleitoral	384
9.1. Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	384
9.2. A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	385
10. Teoria geral dos recursos eleitorais	386
11. Os recursos eleitorais em espécie	389
11.1. Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	389
11.2. Recursos contra decisões de juiz eleitoral.....	389
11.3. Recursos contra decisões de tribunal regional eleitoral	390
11.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	393
12. A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral	394
13. Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral.....	395
Capítulo 14 ► CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	403
1. Notas introdutórias.....	403

2. O Processo penal eleitoral	403
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral	403
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral	406
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais.....	407
2.3.1. A competência em razão do lugar.....	407
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu.....	407
2.3.3. A competência em razão da matéria	408
2.3.4. A competência em razão da pessoa	408
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência	411
2.4. A revisão criminal eleitoral	412
2.5. O Pacote anticrime, o juiz de garantias e sua aplicação ao processo eleitoral.	413
3. Os crimes eleitorais.....	415
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	416
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos	417
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	419
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral	419
3.5. Os crimes relativos à votação.....	426
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições.....	431
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais.....	434
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	437

Anexo 1 ▶

SÚMULAS DO TSE.....	441
----------------------------	------------

Anexo 2 ▶

TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL	449
a) Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade	449
b) Ministério Público Eleitoral.....	449
c) Elegibilidade e inelegibilidade	449

Anexo 3 ▶

RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016.....	451
--	------------

REFERÊNCIAS	457
--------------------------	------------